

bens mais expressivos das várias épocas, já que seria impossível a conservação de todos, no que se refere a obras arquitetônicas.

Dai a prudente determinação constitucional ao confiar tal tarefa a órgão especializado, como o é o CONDEPHAAT.

O próprio Poder Executivo, em cuja área se insere essa atribuição de defesa do patrimônio histórico, artístico e cultural, não deverá exercê-la sem iniciativa do órgão técnico criado pela Constituição do Estado, embora lhe esteja reservada a deliberação final sobre o tombamento, como dispõe o inciso I do parágrafo único do artigo 2.º da Lei n.º 10.247, de 22 de outubro de 1968, combinado com o artigo 17 do Decreto de 19 de dezembro de 1969.

Portanto, se a Constituição determinou que a lei estabelecesse as normas de defesa do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e turístico do Estado e atribuiu sua execução a órgão técnico especializado, com ela conflita o projeto em exame.

Aliás, conforme é do conhecimento público, já se manifestou o CONDEPHAAT, por decisão unânime de seu Conselho Deliberativo, definindo o imóvel em questão como bem cultural, o que recomendaria o seu tombamento. Deixou claro, no entanto, que se absteve de considerar outros aspectos da questão, por lhe fugir à competência. Esses aspectos, de relevante interesse social, que escapam à competência do órgão, e se inserem no terreno da Administração, não podem ser relegados a plano secundário.

A proposição, todavia, já declara o tombamento, criando precedente impossível de ser admitido.

Cabe-me assinalar, por fim, que, mediante Resolução do Senhor Secretário da Cultura, Ciência e Tecnologia, de 3 de junho deste ano, publicada no Diário Oficial de 4 do mesmo mês, o imóvel em causa foi tombado como monumento histórico, artístico e de relevância na paisagem urbana, e que o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico já inscreveu a decisão no Livro de Tombo Histórico n.º 1, sob n.º de ordem 111, a fls. 15 verso.

Ficou, assim, atendida a proposição dessa nobre Assembleia sem necessidade de medida legislativa, a qual conflitaria, como salientei, com os dispositivos constitucionais citados.

Assente nessas razões, que faço publicar no órgão oficial do Estado, em cumprimento ao § 1.º do artigo 26 da Constituição do Estado (Emenda n.º 2), deixo de sancionar o Projeto de Lei n.º 105, de 1976.

Devolvendo a matéria ao oportuno reexame dessa egrégia Assembleia, aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

PAULO EGYDIO MARTINS, Governador do Estado

A Sua Excelência o Senhor Deputado Leonel Júlio, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.

DIÁRIO DO EXECUTIVO

Governo do Estado

DECRETO N.º 8.133, DE 2 DE JULHO DE 1976

Dá nova redação ao artigo 2.º, do Decreto n.º 7.055, de 14 de novembro de 1975 e revoga o Decreto n.º 7.301, de 16 de dezembro de 1975

PAULO EGYDIO MARTINS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1.º — O artigo 2.º, do Decreto n.º 7.055, de 14 de novembro de 1975, passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 2.º — Integrarão dito Grupo de Trabalho o bacharel Americo Ruggiero, Assessor Técnico do Gabinete do Secretário da Justiça, que será o seu Coordenador, Wanderlei Antonio Domini, Técnico de Administração, do Quadro da Secretaria da Fazenda, Maria Amélia Braga, Assistente Técnico de Direção III e Elza Bernardi, Analista para Administração de Pessoal, ambas da Secretaria da Administração, Iara Maria de Carvalho, Assessor Técnico de Gabinete, do Grupo Executivo da Reforma Executiva, Nilza Maria Barros Carvalho Tsuji, Analista para Reforma Administrativa II e Lia Pagano do Vale, Analista para Reforma Administrativa I, ambas também do Grupo Executivo da Reforma Administrativa, e o bacharel Guilherme Pereira de Mello, Diretor, lotado no Departamento dos Institutos Penais do Estado.”

Artigo 2.º — Fica revogado o Decreto n.º 7.301, de 16 de dezembro de 1975.

Artigo 3.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Palácio dos Bandeirantes, 2 de julho de 1976.

PAULO EGYDIO MARTINS

Manoel Pedro Pimentel, Secretário da Justiça

Publicado na Casa Civil, aos 2 de julho de 1976.

Maria Angélica Galiazzi, Diretora da Divisão de Atos do Governador

DECRETO N.º 8.134, DE 2 DE JULHO DE 1976

Dispõe sobre alterações das Tabelas Explicativas da Receita do orçamento vigente, aprovado pelo Decreto n.º 7.347, de 23 de dezembro de 1975

PAULO EGYDIO MARTINS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica alterada a discriminação da Receita até o nível de item, na seguinte conformidade:

1.0.0.00 — RECEITAS CORRENTES
1.2.0.00 — Receita Patrimonial
1.2.9.00 — Outras Receitas Patrimoniais

3 — Juros de Prestações de Lotes 21.770
8 — Secretaria da Fazenda 100

Artigo 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Palácio dos Bandeirantes, 2 de julho de 1976.

PAULO EGYDIO MARTINS

Nelson Gomes Teixeira, Secretário da Fazenda

Jorge Wilhelm, Secretário de Economia e Planejamento
Publicado na Casa Civil, aos 2 de julho de 1976.

Maria Angélica Galiazzi, Diretora da Divisão de Atos do Governador

DECRETO N.º 8.135, DE 2 DE JULHO DE 1976

Regulamenta o artigo 38 da Lei Complementar n.º 114, de 13 de novembro de 1974 e dá providências correlatas

PAULO EGYDIO MARTINS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1.º — A jornada semanal de trabalho do docente é constituída de:

I — para o professor I, que atue em 1.ª a 4.ª séries do ensino de 1.º grau:

a) horas-aula, em número correspondente à duração do turno que estiver fixado para a unidade de ensino; e

b) horas-atividade.

II — para os professores II, III e estáveis que atuem em 5.ª a 8.ª séries do 1.º grau e no 2.º grau:

a) horas-aula ordinárias;

b) horas-aula excedentes, quando for o caso; e

c) horas-atividade.

§ 1.º — Os professores II, III e estáveis devem cumprir no mínimo 18 (dezoito) horas-aula semanais de trabalho.

§ 2.º — A jornada semanal de trabalho dos ocupantes de cargos de Professor I, II e III, não poderá exceder a 44 horas.

Artigo 2.º — Independentemente da jornada a que se refere o artigo 1.º, são inerentes à função docente, além das atribuições previstas no Decreto n.º 5.586, de 5 de fevereiro de 1975, os trabalhos de exame e comparecimento a reuniões e festividades cívicas.

Parágrafo único — A ausência aos atos previstos neste artigo quando não for justificada, acarretará desconto proporcional do vencimento ou salário, nos termos do artigo 110, da Lei n.º 10.261, de 28 de outubro de 1968.

Artigo 3.º — As horas-atividade, previstas na alínea “b”, do inciso I e na alínea “c” do inciso II, do artigo 1.º, destinam-se ao desenvolvimento de tarefas relacionadas com:

I — o processo de coordenação pedagógica;

II — o processo de orientação educacional;

III — o aperfeiçoamento cultural e pedagógico do docente;

IV — a recuperação de alunos de aproveitamento insuficiente.

Artigo 4.º — O tempo destinado à hora-atividade corresponderá a 10% (dez por cento) da jornada semanal de trabalho do docente, e deverá ter seu rendimento comprovado.

§ 1.º — Para obtenção do tempo destinado à hora-atividade, a carga de horas-aulas do docente será acrescida de 10% (dez por cento) observado sempre o limite de 44 horas semanais de trabalho.

§ 2.º — O número de horas-atividade será calculada em números inteiros, arredondando-se para 1 (um) inteiro, quando os décimos forem iguais ou superiores a 5 (cinco) desprezando-se as frações inferiores.

Artigo 5.º — O valor da hora-atividade corresponderá a 1/80 (um oitenta avos) da referência de cargo de que o funcionário é titular.

Parágrafo único — O disposto neste artigo aplica-se aos Professores II e III que ministram aulas na forma prevista no artigo 16 do Decreto n.º 7.117 de 25 de novembro de 1975.

Artigo 6.º — No caso de professor I: que tenha sido admitido para ministrar aulas excedentes da 5.ª a 8.ª série do 1.º grau e no 2.º grau, o limite referido no § 2.º artigo 1.º corresponderá à soma das horas de trabalho a que está sujeito, no cargo de que é titular, acrescidas do número de aulas para as quais tenha sido contratado, observado o disposto no artigo 10 do Decreto n.º 7.117, de 25 de novembro de 1975.

Artigo 7.º — Na impossibilidade de atribuição do total mínimo de aulas da disciplina ou disciplinas afins, os professores II e III ministrarão apenas as aulas existentes na unidade escolar completando o limite mínimo semanal de 18 aulas com obrigações correspondentes às horas-atividade.

Parágrafo único — Os docentes que complementarem a jornada semanal na forma prevista neste artigo, não farão jus ao recebimento da parcela correspondente à hora-atividade.

Artigo 8.º — Para efeito de cálculo para pagamento de horas-atividade o mês será considerado como de 4,5 (quatro e meia) semanas.

Artigo 9.º — Quando o docente ministrar aulas em mais de uma unidade escolar, deverá fornecer, a cada estabelecimento, declaração relativa ao número de horas-aula e de horas-atividade remuneradas a que está obrigado, e os respectivos horários.

Parágrafo único — Sempre que a jornada semanal de trabalho sofrer alterações, fica o docente obrigado a renovar a declaração a que se refere este artigo.

Artigo 10.º — O docente que ultrapassar a jornada limite prevista neste decreto será punido nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único — O disposto neste artigo aplica-se ao diretor de Escola que não possuir a declaração referida no artigo anterior.

Artigo 11.º — Excetuado o disposto no § 1.º do artigo 1.º as disposições deste decreto aplicam-se aos docentes admitidos em caráter temporário.

Artigo 12.º — A Secretaria da Educação baixará normas complementares à execução deste decreto.

Artigo 13.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1.º de março de 1976, para os servidores que, comprovadamente, desempenharam as atividades previstas no artigo 3.º, ficando revogados os artigos 92 a 95 das Normas Regimentais aprovadas pelo Decreto n.º 47.404, de 19 de dezembro de 1966 e o Decreto n.º 51.575, de 29 de março de 1969.

Palácio dos Bandeirantes, 2 de julho de 1976

PAULO EGYDIO MARTINS

José Bonifácio Coutinho Nogueira, Secretário da Educação

Publicado na Casa Civil, aos 2 de julho de 1976

Maria Angélica Galiazzi, Diretora da Divisão de Atos do Governador

DECRETO N.º 8.136, DE 2 DE JULHO DE 1976

Dispõe sobre afastamento de ocupantes de cargos do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação junto às Universidades Estaduais e dá providências correlatas

PAULO EGYDIO MARTINS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1.º — Os titulares de cargos do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação poderão ser afastados para prestar serviços docentes ou técnicos junto às Universidades Estaduais mediante solicitação destas e anuência do Secretário da Educação.

§ 1.º — Do pedido de afastamento deve constar além de sua duração, a natureza das atividades e o regime de trabalho que terá o afastado.

§ 2.º — O afastamento de que trata este artigo, observadas as exigências legais, só poderá ser concedido até o prazo máximo de 2 (dois) anos e será autorizado sempre com prejuízo de vencimentos.

Artigo 2.º — Os funcionários do Quadro do Magistério que, à data da publicação deste decreto estiverem há dois ou mais anos afastados junto a Universidades ou a Estabelecimentos Isolados de Ensino Superior, bem como os que venham a completar esse tempo durante o corrente exercício, somente poderão ter seu afastamento prorrogado até 31 de dezembro de 1976.

Artigo 3.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o artigo 9.º e seu parágrafo único, do Decreto n.º 45.184, de 27 de agosto de 1965.

Palácio dos Bandeirantes, 2 de julho de 1976.

PAULO EGYDIO MARTINS

José Bonifácio Coutinho Nogueira, Secretário da Educação

Publicado na Casa Civil, aos 2 de julho de 1976.

Maria Angélica Galiazzi, Diretora da Divisão de Atos do Governador